

TRANSCRIÇÃO DO ENCONTRO SOBRE EDUCAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO.

28/08/2015

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com um ciclo de debates e palestras para reflexão da realidade educacional brasileira, a proposta é desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema e a garantia de direitos à educação. A realização de encontros de atualização nas diversas áreas do conhecimento faz parte da comemoração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que chegou aos 25 anos em 13 de julho de 2015. Este encontro está sendo gravado, transmitido simultaneamente pela internet, e disponibilizado na Escola Virtual. Informamos que as perguntas devem ser feitas pelo microfone. Convidamos para a mesa a coordenadora estadual de Defesa da Educação, promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, que representa o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt; o coordenador de Direitos Humanos, Anderson Cunha Santos, representante da Secretaria Estadual de Educação; a coordenadora do Observatório do Clima Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Eliane Castro Villa Santi, que representa a Secretaria Municipal de Educação; e o professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Walter Ernesto Ude Marques. Fará a abertura deste encontro a coordenadora estadual de Defesa da Educação, promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Bom-dia! Temos a honra de receber o professor Walter Ernesto Ude Marques para falar sobre a promoção de uma cultura de paz nas escolas. Graduado em Psicologia pela PUC Minas, mestre em Educação pela UFMG, doutor em Psicologia, Ude Marques fez pós-doutorado em Psicossociologia e Sociologia Clínica, pós-doutorado em Sociologia Política. Além disso, é professor associado da UFMG do curso de graduação em Educação; orientador de pós-graduação em estudos do lazer na *Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional* (EEFFTO/UFMG); membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Pensamento Complexo. Graças a uma parceria, ele vai falar aqui dessa construção de rede para a promoção de uma cultura de paz nas escolas, acompanhado de representantes da Secretaria Municipal e da Secretaria Estadual de Educação.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: É uma grande conquista ter o Ministério Público conosco. Na minha prática de educador de muitos anos, o Ministério da Justiça estava sempre distante da gente. Hoje vamos a encontros onde estão juízes, promotores, defensores públicos, e é assim que tem que ser: uma sociedade mais horizontal, mais participativa, mais comprometida com as questões nacionais. A paz, aliás, não diz respeito apenas à escola. No contexto em que vivemos, a escola sozinha não dá conta de enfrentar a violência, a injustiça social. Mas ela pode contribuir nessa discussão. A paz é uma questão dialética. Não há como falar em paz numa sociedade de tanta desigualdade racial, de gênero, de classe. Isso não pode ficar invisível. No meu último pós-doutorado, que fiz com o

atual presidente do Ipea, professor Jessé Souza, da Federal Fluminense, ele sempre dizia que a invisibilidade da desigualdade social no Brasil é muito séria. Às vezes, discutem-se violência e paz, mas oculta-se que o plano de fundo de tudo isso é a desigualdade. Logo, não há como falar de uma cultura de paz sem que se enfrentem injustiças de ordem social, racial, de classe. É dessa forma que vamos construir uma sociedade pela paz. Comecei a ler o livro *Democracia, Violência e Injustiça*, organizado pelo Paulo Sérgio Pinheiro e outros autores. Eles falam do desejo de uma sociedade democrática e, junto a isso, um estado de direitos com a presença do Ministério da Justiça, dos juízes, dos promotores, dos defensores públicos. Existem autores que acreditam ser impossível uma sociedade democrática num mundo capitalista, porque o capitalismo é imoral, não tem compromisso ético. A palavra ética vem de *etos*, e *etos* vem do coletivo. Só há democracia e paz quando há um sentido coletivo, um compromisso coletivo. Para Leonardo Boff, o convidado de 4 de agosto do Núcleo de Estudos Nepcom da Faculdade de Educação, precisamos de reinventar um outro ser humano, uma outra sociedade. No aspecto ecológico, principalmente no mundo ocidental moderno, não é possível sustentar um planeta que produz tanto lixo, que degrada a natureza. Percebemos que o planeta está irritado. Menos de 1% da água é potável. Segundo Boff, o planeta tem sete bilhões de habitantes e pode suportar o dobro de habitantes. Só que em 2050 o planeta já deve atingir esses 14 bilhões de habitantes, e aí é o nosso fim: vamos desaparecer que nem dinossauro. Mas a natureza vai continuar se recriando, porque é um sistema vivo. O ser humano moderno, principalmente o ocidental, é muito arrogante e se acha supe-

rior à natureza: ele, dotado de razão; a natureza, primitiva. Mundo é aquilo que o ser humano cria, mas que não faz parte do que o homem criou. Então, a cidade é limpa e a natureza é suja; a cidade é o nosso mundo, e o que está fora do nosso mundo é imundo. Uma cultura pela paz significa respeitar a natureza, porque somos natureza, e animais, porque somos animais. Essa separação entre a razão e o corpo, o ser humano e a natureza, é uma dicotomia produzida desde Platão, no mundo ocidental moderno, 2.300 anos atrás. E essa é uma ideia equivocada, haja vista que numa cultura de matriz africana, indígena, oriental e indiana, entre outras culturas, não existe essa dicotomia, inexistente separação, e toda a escravidão que houve, decorrente da colonização da América Latina, do Caribe, da África, enfim, do planeta, foi a partir dessa visão de que há povos dotados de razão, são superiores, brancos, europeus. Os outros são animais, primitivos. Tanto que na universidade se não se publicar um artigo lá no dito primeiro mundo, na Europa, nos Estados Unidos, você não tem status de cientista, o que é extremamente imperialista. Nós somos muito colonizados. E o pensamento ocidental moderno separa o ser humano da natureza, cria hierarquia entre os povos (superiores, primitivos, civilizados), e tudo isso produz violência. Eu sou do Observatório Nacional do Sistema Prisional e já visitei alguns presídios pelo Brasil. Neles não encontrei rico. Agora, com o mensalão, é que existem alguns, pouquíssimos, só que em condições privilegiadas. Os presos acabam achando até bom porque estão começando a ter mais conforto. Mas, no geral, as condições dos presídios são degradantes, desumanas. A pessoa deita num lugar sujo, come uma comida péssima, fala de crime o dia inteiro e deita de novo em condições

péssimas. Então, ninguém vai sair dali e lhe dar um beijo. Uns 80% saem do presídio e reincidem no cometimento de crimes, alguns até mais graves. O tratamento dispensado à população encarcerada pobre é, em relação à sociedade, desumano. Essa gente é tratada como os animais. O que se vê ali é o reflexo da desigualdade. Logo, a escola precisa discutir, por exemplo, que 70% da população carcerária não completou o ensino fundamental nem o ensino médio, e 80% não tem qualificação profissional. Eis o retrato da desigualdade social, em que pobre comete crime e rico desvia verba. É isso? Desviar 100 milhões, 200 milhões não é crime, mas vender uma bucha de crack é. Observamos que há uma criminalização da pobreza, o que é uma violência. A escola de hoje não é a de 40, 50 ou 60 anos atrás. É outro universo, outra realidade. Tornou-se mais complexa, está em um mundo globalizado, midiático. Os meninos lidam muito bem com WhatsApp e outros sistemas que nem conheço. Precisamos de pensar uma pedagogia, por exemplo, que fale da cultura africana, da cultura indígena. Desde 2003 já está na lei, e em 2008 ela teria sido revista. Essas culturas de que somos oriundos não têm separação, dicotomia entre bem e mal, razão, emoção, natureza, ser humano. Sou capoeirista e aprendi a história do oprimido, do negro do Brasil na capoeira. Na escola, aprendi a história do dominador. Os heróis, os perversos, eram sempre os brancos Duque de Caxias, Dom Pedro. Se o menino faz funk, rap ou capoeira, tem conexão com matriz africana. Como foi dito, sou professor do mestrado e do doutorado em lazer na Escola de Educação Física. Temos estudado práticas culturais de matriz africana, de matriz indígena. Fica muito claro, pelo menos para mim, que o pensamento europeu é colonial. Não entende-

mos capoeira, candomblé, funk, black soul, rap, congado, práticas indígenas com o paradigma colonial. Precisamos de um pensamento anticolonial, pós-colonial, a fim de entender a nossa cultura com o nosso olhar, porque a antropologia e a sociologia foram criadas pelos colonizadores. Os antropólogos europeus chegavam aqui, à África e a outros países e falavam que não tínhamos condição de entender essa cultura. “Você é um animal primitivo, eu sou um antropólogo europeu, sou superior e vou descrever, interpretar, escrever sobre a sua cultura. Aliás, vou pegar esse totem seu e levar para o museu da Europa. Você não tem condição de cuidar desse totem”. O próprio Lévi-Strauss disse que a antropologia é serva da colonização. Precisamos sair desse olhar colonial imperialista em que vivemos. Hoje não há colônia. O Brasil não é uma colônia, mas está sob o maior imperialista: Estados Unidos. Os Estados Unidos não chegam aqui hoje com canhão, com fuzil, mas chegam e dizem: “olha, coloca o McDonald’s”, como tem aqui do lado, “para você ser civilizado, construa um shopping na sua cidade. Para você ser civilizado, use Nike”. E o que observamos? Jovens da periferia, das favelas, e também de classe média e da elite, roubam, matam para ter um Nike, porque é cobrado pela mídia esse produto, esse consumo, para ter *status*, para ter pertencimento social. No Cotec, entre 2004 e 2005, meu trabalho consistia em discutir por que estava tendo abuso de drogas e alguns outros problemas. Fizemos alguns grupos focais com os jovens lá do Cotec e perguntamos se ali havia roubo. Eles afirmaram: “claro, professor”. Indaguei: De quê? De celular, de mochila de marca, de tênis de marca. Porque o Cotec, não sei se sabem, é em cotas. Tem classe A, B, C, D. Aí um jovem argumentou: “professor, se a

gente não tiver um celular de mil reais, um tênis de marca, a gente não entra na turma". Tem que ter para existir. É assim o capitalismo. E a medida para enfrentar o problema, que é de violência social, é mandar o menino para o Conselho Tutelar, dar-lhe uma suspensão, excluí-lo da escola? Não. Isso não é postura de educador. Logo, a escola hoje, além da educação escolar, necessita da educação social. O livro *Profissão Educador Social*, dos autores espanhóis Petrus e Trilla, diz que educação social é aquela que se preocupa com os processos de sociabilidade e de socialização do sujeito; como é a relação dele com a família, com a cultura, com o trabalho, com a comunidade, com os amigos, com a religião. Ele reúne fatores protetivos para não ficar vulnerável, já que enfrenta riscos como todos enfrentamos. Quais riscos há e como se proteger? Se ele está vulnerável, o que se pode promover em termos educativos, culturais, sociais para proteger esse jovem? Então, educação social é um campo da teoria da educação no Brasil ainda pouco reconhecido. Na Faculdade de Educação, de quatro anos para cá há uma formação complementar com cinco disciplinas: duas teóricas e três práticas. Mas percebe-se que é emergente que educadores escolares também tenham formação em educação social, porque esse tipo de conflito é realidade dentro da escola. O narcotráfico, o preconceito racial, a pessoa com deficiência, o jovem que cumpre medida socioeducativa e as famílias que frequentam escola não são mais aquelas de 40, de 50 anos atrás daquele modelo clássico, patriarcal, machista. As mulheres lutaram e estão lutando pelos seus direitos, há a lei do divórcio. Existem outros arranjos familiares, haja vista as famílias homoafetivas. Então, o direito, a educação inclusiva, todo esse contexto, exigem que se vá

além da formação escolar. Na FAE se formam pedagogos e professores na licenciatura. No caso do pedagogo que só estuda escola, o que menos entende é de escola. Não há como entendê-la sem entender sociedade, família, cultura, políticas públicas, direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc. Aí provoqueei: "minha proposta é desescolarizar o professor, desescolarizar o estudante; e educacionalizar a escola é uma coisa responsável". Quando se tira uma coisa, tem de se propor outra. O que é uma ideia escolarizada da escola? É ilusão achar que o único lugar em que se educa alguém é na escola. Foram os especialistas — pedagogos, psicólogos (sou psicólogo) — e os sistemas próprios a eles relacionados (pedagogismo, psicologismo) que criaram isso na cabeça das famílias, da sociedade, dos professores. Quem entende de educação é o técnico. A família não entende mais de educação. A professora agora vai ser tia. Aliás, é problema de saúde mental chamar uma professora de tia. Adoece a professora e adoece a família. Deslocar tia, um significado familiar, um atributo familiar, para dentro de uma escola cria um problema de identidade na escola e também na identidade da família. O que cabem à família, à escola, à sociedade, ao estado? Porque a escola não é salvadora da pátria. Essa ideia judaico-cristã de que a escola é salvacionista, de que todos os projetos sociais têm de acontecer dentro da escola, é cruel. Portanto, a escola precisa sair dos seus muros, ir além dos seus muros e definir: "isso não é meu, isso é de vocês". Só que precisamos trabalhar juntos. Então, qual a fronteira entre a escola e a família, entre a escola e as políticas de assistência social, de saúde, de segurança, etc., e o que cabe a cada uma? A escola, nessa ilusão salvacionista, tecnicista, começou a se isolar como se desse conta de

tudo e passou a assumir vários papéis, funções, atribuições e tarefas que não são dela. Aí as professoras ficam sobrecarregadas, com problema de identidade. Elas precisam é de paz, de ficar menos sobrecarregadas, partilhar os problemas escolares com a sociedade, com as famílias, com os setores que possam fortalecer a escola, e esta os demais setores. Uma cultura de paz, porém, não se dá sem diálogo, sem comunicação, sem participação. Contudo, vivemos numa sociedade de muros, emparedada. O livro da Tereza Caldeira, que se chama *Cidade de Muros*, ilustra muito o fato de que, ao estarmos criando uma cidade de muros, cerca elétrica, morada em condomínio, construção de presídio e de centros socioeducativos, diminuição da maioria penal, andar em carro blindado, vai diminuir a violência, vai criar uma cultura de paz. Mentira! Vamos ficar é mais violentos e deprimidos, que é uma epidemia desse século, por causa do nosso individualismo, da nossa competição, do nosso consumismo. Uma sociedade ética é uma sociedade que tem vida coletiva, compromisso coletivo com a natureza, com os animais, com o planeta e mesmo com uma vida religiosa, porque no século XVI, com a ética protestante, o mundo ocidental moderno rompeu com o sagrado. Você se salva pelo trabalho. É o culto ao trabalho. Sou professor do lazer. Os marxistas só estudam trabalho, a mesma coisa que o capitalismo faz. Nos estudos de lazer sentimos que estamos estudando algo proibido, uma coisa diabólica, de malandro. Ao passar na rua é só para consumir e produzir. Quem para na rua, numa praça, se for mulher, deve ser alguém do baixo meretrício, garota de programa. Se for homem, é vagabundo. Há, assim, um culto ao trabalho, e o trabalho foi intensificado com as novas tecnologias. Acreditava-se que com os re-

curso de internet, WhatsApp, etc. iríamos trabalhar menos. Pelo contrário, o capitalismo quer nos explorar mais. É ilusão achar que o capitalismo nos vai deixar sem trabalhar, sem consumir, sem produzir. Se estamos num bar, estamos trabalhando, se estamos em casa, estamos trabalhando, se estamos sonhando, estamos trabalhando. Já orientei dois mestrados sobre o lazer na escola: um sobre o lazer no Cotec e outro sobre o lazer no Cefet. E fui a uma banca recentemente sobre o lazer numa escola municipal. O lúdico, o lazer, é proibido de entrar na escola. O João Malheiros estudou os jovens do Cefet que vão aos bares. Por que eles vão? Porque o professor só fala em trabalho, em aula, em nota. Sabemos que a escola foi criada para disciplinar a pessoa a ir para o trabalho, a ter ordem. Lazer é coisa de vagabundo, é a indisciplina, a desordem. No Cotec, por exemplo, quinta-feira durante o almoço, há um momento cultural. Só nesse dia, uma hora só. Quem organiza é jovem, e quando os jovens vão ao colegiado reivindicar um espaço cultural, os professores falam que é coisa do Grêmio, não da escola. Na escola municipal em que fui à banca uma professora de educação física tem lá dentro baralho, aquele jogo RPG, roda de conversa. Nos vários momentos de lazer, os professores se trancam na sala de professores na hora do intervalo, e os alunos que organizam aquilo para os professores não têm o menor conhecimento. Para eles, não há o menor valor educativo, de sociabilidade, de cultura. Meu aluno de capoeira, o Renê, mestre de Angola, trabalha na escola integrada do Planalto, salvo engano. Ele falou que os alunos de capoeira a chamam de escola estragada. É a esquizofrenia. De manhã, eles são alunos. Quando põem a roupa de capoeira, são malandros, vagabundos, porque fazem coisa de ne-

gro, capoeira. Isso é um discurso colonial. A sala de aula é pra gente civilizada, capoeira pra bandido. Não está integrada mesmo. Está estragada. Se fosse escola integrada, os conteúdos seriam pedagogia africana da capoeira, já que não é só branco que inventa pedagogia. Índio, assim como o africano, tem pedagogia. Nós temos de aprender com esses mestres. Na escola, o menino não respeita a tia. Na capoeira, não tem tio. Tem mestre, guardião ancestral da cultura. É outra representação, há respeito. Logo, temos de aprender com esses mestres. O Renê fica bravo porque as professoras o chamam de oficineiro. Ele não é oficineiro. Ele é mestre. Aí ele perguntou à professora: “a senhora é auleira?” Porque eu sou mestre, não sou oficineiro. Então, ele tem pedagogia, um saber para ensinar aos ditos acadêmicos que doutor, gente que se formou na universidade, é superior aos outros. O mestre de capoeira, ainda mais o Renê, não tem curso superior. Um cara da favela, cujo saber é inferior, é coisa de negro. Afinal, com que pedagogia trabalhamos? Como vamos construir a paz se estranhemos o aluno que faz capoeira? O nosso pensamento é estragado mesmo, é desintegrado, é desarticulado. Então, a paz é o espaço do diálogo, da aprendizagem conjunta, coletiva. O que se discute na capoeira, na aula de História, na aula de Geografia, como a gente se complementa e se contradiz, porque a vida é dialógica, a gente se complementa e se antagoniza o tempo todo internamente, e externamente também. Logo, a pedagogia tradicional, que veio do mundo europeu ocidental, colonial, é quadrada. É que nem essa sala, linear. E a pedagogia africana, a indígena, é circular, é olho no olho, é horizontal. Não tem essa hierarquia: tem respeito, respeito ao mestre. Tanto que na capoeira há um verso que diz: “sou discípulo que

aprendo, sou mestre que dou lição, na roda de capoeira não dou meu golpe em vão”. Então, existe humildade. A expressão ser humano vem de húmus, que significa terra. A terra é fértil. Queremos ficar longe da terra. Por isso há gente tão louca, tão violenta. A palavra humildade vem de húmus também. E uma coisa que a capoeira tenta ensinar é humildade. Somos muito arrogantes! Temos de ouvir os jovens. A Helena Bramo, que é uma pesquisadora sobre violência, injustiça, desigualdade da juventude no Brasil, reproduziu a seguinte frase de Freud: “a violência ocorre quando não é possível mais conversar”. Se queremos uma cultura da paz, tem de ser a cultura do diálogo, da conversa, da participação, de sentar em círculo. “Roubou meu celular?” Não é o momento de chamar a polícia. É um momento educativo. Vamos sentar em círculo, todo mundo vai ter de dizer o que pensa disso. Quem foi “roubado” vai falar. Quem “roubou” vai falar. Por que aconteceu isso? Todos vão dizer, e vamos refletir. No caso do Cotec, refletimos que se tem um celular de mil reais para pertencer a um grupo, isso realmente é amizade. Se a sociedade prega, temos de ter para ser. Num momento reflexivo é que se discutem as diferenças, a desigualdade, o consumismo, as injustiças, o mundo artificial e materialista em que vivemos. A modernidade rompeu com o sagrado, e caímos no vazio. Nós nos realizamos é pelo material: ter, comprar. É o vazio. E essas culturas cultivam o sagrado, têm respeito aos rituais, aos elementos da natureza, da qual faz parte Deus. Isso tudo tem a ver com a paz. Uma cultura pela paz ultrapassa o ser humano, vai muito além. Espiritualmente, precisamos de evoluir muito. Um mundo materialista, egoísta, individualista, competitivo dificulta a paz. Quando fui educador de rua, que passou a se

chamar depois do Estatuto educador social, sempre defendi a pedagogia social. Proponho que os educadores façam assembleias na sala de aula, na escola, sentem em círculo. Se eles têm quinhentos, mil alunos, reúnam as comissões tiradas das salas de aula, tragam o que se discutiu para a sala, voltem de novo. Ah, mas isso vai tomar muito tempo, e as disciplinas ficarão descontextualizadas do que está acontecendo no cotidiano. O Paulo Freire defendia que o conhecimento vem da prática, da experiência, e a teoria ajuda a compreender e a avançar a prática. Nenhuma prática avança sem a teoria, e nenhuma teoria avança sem a prática. E os estudantes vão encontrar muito mais sentido no que aprendem. Se um vidro da escola se quebra, não é problema do diretor apenas. Toda a comunidade educativa vai indagar por que quebrou, se há alguém insatisfeito com alguma coisa, quem vai pagar aquilo ou se será usado o dinheiro público. O sujeito pertence àquele lugar, com o qual assumiu compromisso e é reconhecido como importante ali. E esses jovens, principalmente da periferia, são invisíveis. Invisíveis porque não queremos ver, mas que também são o nosso espelho. Certa hora o fantasma aparece à frente com o revólver 38 que quer esconder, mas não adianta. Precisamos sair dos muros, ocupar as praças, ter encontros de reflexão, eventos culturais e festivos, religiosos. Domingo, por exemplo, na Praça Sete, há um encontro do black soul e roda de capoeira. De vez em quando eu vou. São movimentos de origem e matriz africanas. Eles são da periferia e ocupam o centro da cidade para serem vistos. O problema é que constantemente os lojistas querem retirá-los de lá, o que gera sempre uma tensão. Uma cultura pela paz deve discutir a diversidade, a intolerância. É preciso haver um espaço de

conversação, assembleias pelo menos a cada 15 dias a fim de discutir o cotidiano, programar com os estudantes atividades fora da escola, sentar em círculo. Todo conflito é um momento pedagógico. Pedagogo ou educador que tem medo de conflito, por favor, abandone a educação porque a vida sem conflito não existe. Crescemos é na diferença, no questionamento, no diálogo, na reflexão. Tomamos consciência de que trabalhar em rede é fundamental para integrar escola ao Creas, ao Cras, ao serviço de saúde, aos grupos culturais, às famílias, à comunidade, a instâncias como o Ministério da Justiça, Promotoria, Defensoria, porque todos lidamos com problemas comuns. O pessoal responsável por políticas de saúde não vai promover saúde sozinho. A escola não vai promover educação sozinho. A educação abrange as relações na família, no trânsito, na religião, na rua, na praça, no trabalho, no lazer. Enfim, a educação está presente em todos os momentos, acontece em outros espaços, em outros territórios. Vejo que aqui na mesa, e também na plateia, há gente com muita experiência, colegas do tempo em que trabalhei na Febem, para compartilhar essa preocupação de construir uma cultura pela paz na escola e na sociedade.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: O professor Walter tocou em alguns temas que foram retratados num texto dele chamado *Juventude, redes sociais e políticas públicas*, o qual pode ser encontrado na internet. Na fala dele aqui se destaca a frase: “o grupo toma como ponto de partida a seguinte referência: isolados somos frágeis”. Essa constatação, que pode parecer óbvia, reflete a necessidade de construção de um trabalho em rede. No primeiro colóquio de educação em direitos

humanos no Ministério Público, o grupo nacional de direitos humanos que coordeno, junto com os movimentos sociais, sugeriu exatamente oferecer aos professores e aos membros do Ministério Público, no curso de formação, uma disciplina sobre pedagogia social. Neste Auditório Vermelho do MPMG podemos sentados, numa roda de conversa, discutir questões da educação. A Neide levantou no primeiro encontro o fato de eu ser coordenadora da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação dentro do contexto do Ministério Público, uma instituição muito mais formada por homens, ao passo que a educação é um setor em que predominam mulheres. Venho coordenando e colocando a instituição como agente de transformação social. A gente também vem mudando essa fala do Ministério Público na sociedade. O Ministério Público quer ter no seu curso de formação a disciplina, a fala da pedagogia social. Precisamos também pensar nessa cultura de paz em rede. O professor Walter e eu fomos a vários eventos de política pública da Secretaria Estadual da Educação. A preocupação de trazer vários agentes do sistema de justiça, do sistema educacional, do sistema social para trabalhar e discutir a educação como promotora de paz nas escolas é positiva diante da possibilidade de diálogo. O problema é quando não há mais essa possibilidade. Na crise, no conflito, vamos sentar e conversar, porque o mundo perfeito não existe. E essa proposta também pode ser estendida ao Ministério Público nacional.

ELIANE: É muito significativo pensarmos amplamente os desafios da escola. Todas as vezes que encontro o professor Walter Ude aprendo muito. Olho para ele e vejo uma mandala colorida que tem a ver com toda uma me-

todologia. A mandala com que ele trabalha nos dá consciência das redes internas e externas que temos que ativar dentro da escola para que possamos enfrentar os desafios como escola. Lembro que ele trabalha as cores, o mais articulado, o menos articulado. Vem-nos uma reflexão da necessidade efetiva de pensar os desafios da cultura de paz do ponto de vista interno à escola e aos seus vários segmentos, evitando as estragadas situações que vivemos por resistência, dificuldades de concepção, de articulação dos processos com parceiros importantes para o enfrentamento dessa questão específica da implantação de uma cultura de paz nas escolas. Na rede municipal houve duas situações bem características de esforço para consolidá-la. Os fóruns família--escola e o fórum regionalizado família-escola reuniram entre 150 e 200 famílias nas várias regionais. Sob o tema “família e escola juntos na construção de possibilidades de uma escola mais humana” dialogamos com as famílias sobre a implicação de uma cultura de paz nas escolas e a responsabilização de todos em relação a essa construção. Outro evento significativo nesse esforço foi o primeiro seminário “Construindo plano de convivência escolar”, cujo tema foi racismo institucional e ações afirmativas na escola. Não dá para pensar em cultura de paz, em plano de convivência escolar, sem que enfrentemos claramente um diálogo sobre o racismo e as dificuldades advindas de uma visão colonialista impregnada na nossa cultura. O seminário também tratou da concepção de mediação de conflitos na escola, a fim de que se busquem relações adequadas no ambiente escolar. Quando se fala em paz nas escolas é porque estamos em contexto de violência. Na maioria das vezes, as dificuldades passam pelas diferenças de etnia, de gênero, de classe social e de

como devemos enfrentar isso. No plano de segurança escolar, os conceitos estruturadores da intervenção preveem multiculturalismo, cultura de paz, educação em direitos humanos. Quero aqui fazer um convite público ao professor Walter Ude de que nos ajude nos desafios de fazer o melhor, de sair de um lugar de só encontrar as dificuldades para um lugar de efetivar processos e conseguir articulação adequada entre os parceiros internos e externos. A ação do Ministério Público é muito favorável para que tenhamos essa articulação mais ampla com a sociedade no enfrentamento de questões que vão além da escola, mas que estão pipocando lá e o professor, às vezes, vem-se sentindo isolado, vem adoecendo, etc.

ANDERSON: Sou professor de História da rede municipal de Belo Horizonte e de Contagem, mas estou emprestado para o estado, compondo a equipe da professora Macaé. Estamos reorganizando a estrutura da Secretaria de Estado. Existia uma subsecretaria que cuidava de toda a política de educação básica. Nós vamos organizar a Subsecretaria da Diversidade de Inclusão e nela haverá a Superintendência de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, da qual serei o superintendente. Nessa fase de transição, sou o coordenador. Além da educação prisional, da educação para adolescentes e jovens em medidas socioeducativas, da discussão de gênero e diversidade, discute-se convivência democrática. Evitamos falar de violência na escola para que não se dê ênfase à palavra violência, embora tenhamos de usar porque a demanda é diária em Minas Gerais. Daí o Programa de Convivência Democrática, sobre o qual já fizemos duas rodas de conversa. Na primeira, o Walter esteve presente.

Na última, estiveram a Miriam Abramovay e o professor Luciano Campos, da Ufop. Constituiu-se o comitê intersetorial do estado, de onde foram tirados os membros para discutir essa questão. Só no âmbito da Secretaria de Estado de Educação não dá. Temos, aliás, é de ampliar, na perspectiva da intersetorialidade, a discussão da prevenção à violência, da cultura de paz nas escolas. Inclusive convidamos o Ministério Público. Sempre usei a expressão “cultura de paz”. Houve polêmica se ela seria adequada para falar desses processos na escola e aí, por coincidência, não a usei na minha apresentação. Falava, mas não estava escrito. Que bom, disseram, “você não usou a expressão cultura de paz, não foi nem pensado. A ideia da cultura de paz era de um contexto pós-Segunda Guerra ligada à pacificação dos povos e dos países em guerra e também à questão da paz. Lembrei-me da música do Rappa: “paz sem voz não é paz, é medo”. Não estou nem fazendo uma defesa se deve ou não usar porque estou provocando da mesma forma. Nesse contexto do fenômeno da violência na escola, falar de uma cultura de paz seria uma expressão adequada? De toda forma, no estado estamos trabalhando com a ideia de convivência democrática. Estamos dialogando e mantendo proximidade com a rede municipal de Belo Horizonte. Lançamos os pilares do que vai ser esse programa, mas as pessoas têm um imediatismo muito grande quando se trata da violência. Localiza-se a violência naquele que viola, nunca se coloca no lugar do violador. Esse debate é muito difícil inclusive com os educadores, porque eles falam o tempo inteiro de uma violência física às vezes imediata. Quando, porém, se pensa em como são produzidas essas violências, a da escola obviamente é no âmbito escolar, mas também tem

relação com a sociedade. A violência vem do outro, e o outro é violador. E quando se pensa que em Minas Gerais boa parte dos jovens nem está matriculada no ensino médio, há distorção. Como ainda estão no ensino fundamental, é preciso fazer pesquisas mais qualitativas para saber o porquê. Se esses jovens evadiram ou estão fora da escola é porque a escola é violenta com eles, o modelo de escola é uma violência para o ideário que esses jovens têm, e aí se cria um tipo ideal de estudante que responda a uma escola com a qual não dialoga. Isso é uma violência. Fazer com que as pessoas se coloquem no lugar dos outros é imprescindível para se discutir qualquer processo de prevenção à violência, de pensá-la. Ainda que eu compartilhe a ideia de que democracia mesmo não vai existir no marco do capitalismo, que não vá viver num mundo sem o capitalismo ainda, eu até gostaria, temos de pensar nas brechas de sobrevivência nessa barbárie e também que estamos construindo algo que não será para nós, mas para as outras gerações, o que serve de alento, senão nada fazemos. Mas estamos num momento de muita efervescência nessa discussão na secretaria. As iniciativas anteriores são importantes, mas estamos trazendo elementos novos de uma concepção de educação em que acreditamos. Não dá para pensar na escola como um espaço único da aprendizagem, não discutir esse outro saber, que é o saber das relações. Não é só o saber específico da área de conhecimento e do conteúdo. Precisamos compreender melhor o saber das relações humanas, que é entender o ser humano e olhá-lo nas suas múltiplas dimensões. Não é só o cognitivo que temos de aprender a fim de alcançar

metas de aprendizagem das nossas avaliações sistêmicas. Sei que é polêmico falar isso, inclusive como gestor, mas tem de ter posições firmes acerca do nosso pensamento sobre a educação. Eu teria muito mais a dizer sobre o programa de convivência democrática, da experiência da Virada da Educação em Minas, mais conhecida pela sigla “VEM”. São rodas de conversa que estamos realizando em territórios de desenvolvimento de Minas Gerais. As escolas inscrevem professores e estudantes para a nossa dinâmica. Eu estou coordenando a maior parte das rodas com professores. Já estive em Juiz de Fora, estou indo a Varginha. Nas rodas de conversa usamos pelo menos um pouco a pedagogia africana, que consiste em momentos de conversa com os professores, com os jovens. Depois se junta todo mundo numa grande roda, e a ideia é trazer de volta essa juventude que, por conta dessa violência institucional, está fora da escola. O VEM tem o objetivo de trazer esses estudantes de volta, graças a uma campanha publicitária a partir de setembro. Pela primeira vez os professores reconhecem que a Secretaria está dando voz para que expressem aquilo que pensam sobre a política educacional e os caminhos da educação em Minas Gerais. O que parece ser o mínimo, para os educadores do estado já é um avanço muito grande em relação ao que acontecia. Discute-se a violência pautada muito nesse imediatismo da agressão física, e não pensada na sua complexidade.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, vai se realizar o Quinto Congresso Internacional de Educação Social, Educação Comunitária e Educação Popular.

Um dos organizadores é Roberto da Silva, professor da USP. Ele é pedagogo, fez supletivo dentro da prisão e mais tarde concluiu doutorado. De menino de Febem em São Paulo, Roberto da Silva é um defensor, um lutador pelo reconhecimento da pedagogia social, pela educação social no Brasil. Portanto, existe uma luta nesse campo teórico da educação que se precisa divulgar mais.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

A Segunda Conane, que é a conferência nacional da educação alternativa, pela primeira vez vai ser na comunidade Heliópolis, bairro Educador, em São Paulo. Vamos ter uma Mesa do Ministério Público. Estarei lá com mais quatro colegas de outros estados, que fazem parte da Coopec, uma comissão nacional que estou coordenando para que a fala do Ministério Público fique inserida na questão da pedagogia social.

MARIA LUIZA: Meu nome é Maria Luiza. Trabalho na 23ª Promotoria da Infância e da Juventude Infracional. Sou oficiala, formada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UFMG há 30 anos, psicóloga pela Newton Paiva.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

A propósito, na 23ª Atos Infracionais, a minha amiga Carla Lafetá e eu estamos gestando uma cartilha, uma semente para um mundo melhor, um trabalho de atualização da Proeduc com a 23ª. A Carla Lafetá, promotora lá, e eu vamos também lançar essa cartilha.

MARIA LUIZA: Pela primeira vez participo do encontro. Minha contribuição se baseia na observação do meu trabalho diário. Atendo a adolescentes sozinha porque são

diligências sobre violência sofrida por família, por policiais, por agente socioeducativo, e geralmente o assunto é sigiloso. Tenho prática de conversar com adolescente olhando nos olhos, e isso lhe causa muito incômodo porque naquele instante ele está preocupado é com a infração cometida, o que para mim não é muito importante. Importa é o relato que o garoto faz quando está ali sozinho comigo e não se sente pertencente a lugar nenhum, e uma das exigências de cumprimento das medidas socioeducativas é que ele volte à escola, a qual não reconhece que aquele menino precisa voltar ao lugar de onde ainda não saiu, mas não se sente inserido. Não sei qual denominação dar a esse menino que está voltando para a escola, a que grupo pertence. Às vezes, a família não o reconhece. O que o Ministério Público pode fazer por ele na escola?

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

Há até uma resolução do Conselho Nacional de Educação sobre o pertencimento quando o aluno precisa ser matriculado e os pais não sejam necessariamente ciganos e estão numa itinerância. Como existem outras formas de itinerância, o que fazer quanto ao pertencimento desses meninos àquela escola a que estão chegando e como os professores os estão recebendo.

NELMA: Meu nome é Nelma. Represento aqui a Superintendência Metropolitana B da Educação. Ouvi o professor falar sobre o centro de formação humana, mas por que tudo volta para a escola? Porque a juventude está lá, e é dessa nova geração que sempre se espera um futuro melhor. Só que essa formação humana não deve ser só colocada para o jovem. Ela deve ser levada a seus forma-

dores, ao professor, aos gestores, à sociedade, ao estado na criação de políticas públicas. Tentar uma formação humana só para os jovens sem incluir também aqueles que estão à frente deles não vai trazer tanto resultado porque a geração que já passou está malformada, negligenciada. O que acontece na escola? O jovem que está lá leva o conflito da família absorvida por essa sociedade capitalista formada por ela. Com políticas públicas ainda precárias, precisa-se trabalhar a intersetorialidade. Mas que isso seja transformado em rotina, hábito, não somente cultura, palavra meio estranha para mim. Para a cultura de paz, há de se criar hábito de paz. Mudança de mentalidade é a proposta daqueles que já estão fechados na teoria. Somos muitas vezes teóricos de paz, e paz não é uma teoria. Paz é hábito cotidiano. O sistema prisional é uma réplica do sistema medieval, é calabouço. Quando visitei um centro socioeducativo, fiquei até meio chocada. Tinha sido o meu primeiro contato. A juventude nunca foi muito bem compreendida. Tempos atrás era transviada, rebelde. Agora é infratora. Depois vai virar juventude virtual. Mas e a formação humana nessa juventude? Vejo que as ideias estão aparecendo. São importantíssimos esses encontros para que consigamos gradativamente, pelas rodas de conversa, agregar mais pessoas para tentar mudar a mentalidade e ganhar força na prática.

ANTONIETA: Sou Antonieta e vou completar a fala da Nelma. Não é a juventude só; a educação infantil também. Os pequeninhos estão totalmente sem direitos, apesar de 25 anos de comemoração do ECA. Hoje temos na educação infantil gente que nem é habilitada, foi botada lá goela abaixo, e estão falando que estamos reclamando

porque é disputa de classe. Começa por aí. Tenho muito orgulho de ser chamada de professora, como imagino que o senhor tenha de ser chamado de mestre. As políticas e a falta de diálogo adoecem as professoras e os professores, infelizmente. Percebo um movimento da mídia de valorizar crianças e adolescentes de aglomerados, que prefiro chamar de favelas mesmo. Na novela da Globo, diga-se de passagem, em vez de Morumbi, Paraisópolis é o melhor lugar do mundo. Estou escutando falar em pedagogia social, pedagogia africana. Vou pesquisar o assunto. A teoria complementa a prática. Recentemente, o município de Belo Horizonte diagnosticou, professor, para o Conselho de Direito da Criança e do Adolescente, que a violência aumentou assustadoramente e vejo a colega falar da roda de conversa. Estou na rede há 11 anos, e desde então só vejo falar em roda de conversa. Quando é que vamos efetivar essa cultura cidadã por que ansiamos? Quando é que os direitos das crianças às vagas vão ser respeitados? Quando é que a criança vai ter dentro da escola integrada realmente uma escola integral? Combater a violência sem combater essas políticas cruéis é o desânimo do professor. Ele finge que ensina, a criança finge que aprende, e essa coisa está virando uma bola de neve. Veem-se as prisões sempre cheias, o analfabetismo aumentando, há descrédito com o ensino fundamental. Ninguém mais quer escola. Escola para quê? Para descrever naquela criança que ainda tem algum desejo de ser inserida dentro de uma sociedade solidária? O movimento estudantil Tarifa Zero veio acionar a Polícia Militar botando bala de borracha. Desculpe-me, professor, o desabafo, mas àquelas três perguntas gostaria que o senhor respondesse.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: O sofrimento do educador social, e imagino também que de todo educador escolar, é como se dará o retorno do jovem a uma escola que já o rejeitou e, portanto, à qual não se sente pertencendo. Não há como mudar os jovens sem mudar a sociedade, a escola e a nós também. O Paulo Freire dizia que ninguém educa o outro sozinho. A gente se educa ao mesmo tempo. Em um debate no final do semestre passado na FAE sobre a redução da maioria penal um jovem em medida judicial falou à plateia que a língua é o nosso chicote. Se me chama de bandido, olhe lá o que vai acontecer com você, com a sua família, com o seu filho, porque a sua língua é a sua condenação. Os jovens estão fugindo da escola? Não, é o contrário. A escola que está fugindo de nós. Então, esse jovem é um anúncio e uma denúncia de todo o processo de desigualdade, de invisibilidade que ele enfrenta. Em 2007, quando fiz uma pesquisa no sistema de semiliberdade, lá na Casa Santa Terezinha, um jovem declarou: “entro na casa de vocês não é só para roubar não. É para vocês saberem que eu existo”. Logo, a maior dor para o ser humano é a invisibilidade. Segundo Freud, “não é nascimento biológico do ser humano que determina o nascimento do ser humano; o ser humano nasce quando ele é simbolizado, reconhecido, diferenciado, nomeado”. A morte civil desses jovens invisíveis para a sociedade é muito violenta. Esses jovens estão a nos dizer que esses modelos de sociedade, de pedagogia são inviáveis e que precisamos pensar junto com eles essa mudança, reinventar um outro ser humano, uma outra sociedade, uma outra pedagogia. Por isso é tão rico trabalhar com essa gente jovem. Estava um dia na PAC, que é um sistema prisional, fiquei pensando por que a religião ali no presídio é tão forte? Eu posso

interpretar que é uma alienação, uma fuga do sofrimento. Pode ser sim, mas nunca existe uma única explicação para nada. Existem múltiplas explicações, já que o mundo é complexo. Cristo foi condenado e morto como um bandido. Ele incomodava o poder ao lado de dois ladrões. Concluí que não estou perto do diabo. Estou muito mais perto de Deus do que imagino. Isso é hermenêutica, interpretação das ideologias que estão por trás das imagens. A população é o nosso espelho. Quem tem coragem de olhar nos olhos dele está olhando no próprio olho, mirando o seu reflexo. Somos bandidos porque o mesmo sistema que vende o carro, rouba o carro e vende seguro. Quem é bandido? Quem compra o carro, quem o vende, quem vende seguro? São todos. É um sistema só. É esse tipo de autocrítica, de responsabilidade social que temos de ter. Às vezes me sinto violento, principalmente se oprimido. Vou engolindo sapo e na hora em que o solto fico descontrolado. Por isso é que temos de aprender a falar, a nos defender no momento adequado. Paulo Freire e Freud divulgaram que temos de trabalhar, de falar do opressor que há dentro de nós, mas somos também oprimidos que oprimem, já que também vivemos numa sociedade opressora. Temos de ter coragem de falar com esses jovens que, às vezes, oprimimos e nos sentimos violentos, que precisamos nos transformar, porque a nossa língua é o nosso chicote mesmo. Precisamos romper esse modelo hierárquico, vertical, e criar relações horizontais, ter mais humildade, aprender com o outro os outros saberes, como disse o Anderson, não só a intersectorialidade mas também os intersaberes. Aprender com o saber popular, com os saberes religiosos, com o saber do jovem, com o saber das famílias, com o saber comunitário, e construir uma sociedade democrática.

Realmente, as políticas têm de ser repensadas com a participação de educadores e de educadoras, das famílias, dos jovens, sem essa sobrecarga e desvalorização do professor. Parem de fingir que existe uma política educativa. Existem muitos programas interessantes, mas de estrutura muito precária, poucos funcionários. Há um Conselho Tutelar que funciona na garagem do conselheiro sem telefone, sem computador, para atender dez mil casos. Criticamos o conselheiro, condenamos o conselheiro tutelar, mas quando se vai lá ver as condições de trabalho que ele tem. Precisamos nos sentar em círculo e tornar essa roda de conversa uma prática constante na nossa família. Carecemos de resgatar esse círculo, que é um círculo planetário, um círculo das culturas antigas. A Justiça teria de ser mais agressiva, não violenta, mas mais agressiva, porque agressão não é problema. O problema é a violência, a raiva. Não somos só amor. Isso é muito romântico. A gente tem raiva também. O problema é quando a raiva fica reprimida e ao se expressar o faz de forma violenta. A Justiça tem que ser mais incisiva. A violência se tornou um grande espetáculo, é a naturalização da violência. No caso das novelas, a mídia tratou sempre o africano, o indígena, o pobre como o erótico, o exótico, e a favela é lugar de gente ingênua, que só dança samba, funk e mostra a bunda. A própria Regina Casé passa esse estereótipo do negro que é exótico, erótico, primitivo, animal. Aquilo não é cultura. Cultura é coisa do branco, do europeu, o que reforça o estereótipo de que é colonial, tem uma visão romântica, ingênua. Há a história da censura contra a mídia, mas uma regulação tem de ter, por exemplo, dos alimentos que comemos, uma regulação dos medicamentos que tomamos, porque senão podemos tomar coisa que nos mata. Logo, a mídia

tem de ter uma regulação. Muita gente fala assim: “deixa ter coisa violenta, e quem quiser, assista”. Mas o pobre não tem opção, só tem aqueles canais ali. Faz-se apologia à violência porque a violência é um espetáculo? Isso é grave, porque acontece em processos de subjetivação, de internalização. A psicóloga Jane Correia, pesquisadora da UERJ, entrevistou uns jovens sobre as cenas de violência que eles estão vendo na televisão e nos jogos. E falaram o que sentem quando um jovem mata o outro. Nos jogos é que nem na televisão: morre uma imagem. Guy Debord (1968) no livro *A sociedade do espetáculo* vaticina que vai chegar um dia na sociedade moderna em que o mundo será imagético, sem conviver mais com pessoas, mas com imagens. Quem está morrendo ali não é um ser humano. É uma imagem, um mundo insensível, um mundo que não é mais humano, que produz processos de subjetivação. Num debate na UFMG acerca da estrutura de estudos avançados e transdisciplinares, o professor de informática citou um livro dele que se chama *Sociedade sem rosto*. Imagine: sem rosto, só de imagem, que se está tornando desumana. Então, a roda de conversa tem essa riqueza de olhar nos olhos, horizontal. Um dia, numa assembleia com jovens com história de rua, o jovem interpelou-me assim: “você é folgado, véi”. Por quê?— perguntei. Está cobrando aí de limpar o refeitório, você come aqui e não limpa, não ajuda. Aí ponderei: “Você está certo, realmente estou errado. A partir de hoje, vou ajudar a limpar o banheiro, o refeitório”. E foi a grande revelação para mim, porque vi algo que Dom Bosco já fazia no século XIX. A propósito, o Antônio Carlos Gomes da Costa, um educador social mineiro, concluiu que a pedagogia da presença não é uma pedagogia de gabinete de universidade, de gabinete de

secretaria. É ficarmos junto com o jovem o tempo todo, estar presente com ele lavando banheiro, limpando o refeitório, varrendo a sala de televisão. Aí ele começa a contar toda a história da família e da vida dele, os projetos. E eu também falo da minha casa, da minha vida. É dessa pedagogia da presença que precisamos, porque estamos criando um mundo de imagem, um mundo virtual, um fundo frio. A gente é muito global, como diz o barman, e pouco local. Comunicamo-nos com o Japão, com a China, em segundos, mas não olhamos nos olhos do nosso filho, do nosso vizinho, do nosso estudante, da nossa companheira, do nosso companheiro. Precisamos de uma coisa real, prática, presencial.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não usei a expressão roda de conversa, mas a defendo. A roda de conversa é uma estratégia importantíssima do enfrentamento da indisciplina e dos atos infracionais na escola. Entendo que é preciso uma relação de respeito e horizontalidade para que a qualidade das relações seja redefinida como uma estratégia da justiça restaurativa. Defendo assembleias escolares por turma nas quais o aluno possa ser entendido como um elemento fundamental do processo ensino-aprendizagem. Reforço que, nessas várias estratégias de diálogo, a relação família-escola também constitui compromisso no enfrentamento das questões. Na nossa busca de uma cultura de paz nas escolas, a roda de conversa, segundo Júlio Groppa Aquino, professor da USP, é fundamental. Ele dá o passo a passo para que se busque nas assembleias escolares dar voz também ao estudante de posicionar-se a fim de o professor entender também o outro lado e aí resignificar a relação antes de chamar a

polícia, por exemplo. A rede municipal de educação busca sempre estratégias diversas para o enfrentamento dos desafios, por exemplo, de uma política de inclusão da pessoa com deficiência. Utilizamos o auxiliar de apoio à educação dessas crianças e, recentemente, o auxiliar de apoio à educação infantil. Não sou a secretária de Educação, mas defendo que o diálogo pode pautar no momento certo o enfrentamento dos limites impostos.

ANDERSON: Estou coordenando educação para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Às vezes, eles ficam 45 dias e, eventualmente, veem-se privados de liberdade por até seis meses longe da família fora do território de pertencimento. Mas é possível pensar-se em alguma coisa que signifique algo para eles. A intenção de fazer com que o jovem retorne à sua escola é sempre aquela ideia de que mais próximo do seu território ele está mais perto da sua comunidade e das suas identidades, mas, como o próprio Walter já falou, a própria escola o negou, violentou-o. O desafio é ter um olhar para cada sujeito, para a história que tem com o lugar onde ele vive, a relação tida com aquela escola. É impossível pensar num procedimento que sirva para todo mundo. Sobre a questão da violência, deve-se tomar cuidado com a ideia de que aumentou ou diminuiu. Há determinadas coisas caracterizadas como violência e são meras sensações. O Walter falou numa das rodas de conversa de que participei que a indústria fomenta a violência e, de alguma forma, também a mídia. Quase diariamente tenho de dar entrevista para rádio, para jornal, para TV ao descobrir que escola foi até a Superintendência, entender todo o caso para ir lá responder por que chega primeiro à Record do que

pra gente. A violência é uma pauta que eles adoram, ainda mais quando é o professor o agredido. O que a Secretaria fará? Vai mandar prender o estudante? Percebe-se como é complexo, o quanto isso alimenta a indústria do aumentar e do diminuir, a sensação de violência, os interesses. Tomemos um pouco de cuidado. Nas rodas de conversa cobram que na teoria é tudo muito bonitinho. Mas não dá pra ficar só na discussão teórica. Temos de equilibrar isso com a prática. As ações têm de ser refletidas, refletidas de novo sobre como estão sendo construídas, embasadas. Quatro meses atrás eu atuava na EJA em Contagem. Lidava com jovens de 15 a 17 anos em escola periférica. A sensação de violência é muito grande na região. É claro que ninguém aqui vai deixar de reconhecer a ausência ou a fragilidade das políticas públicas, a condição do docente sobre a questão da materialidade, da carreira. Tudo tem importância. Não dá para falar de prevenir violência se não se pensar na política de uma forma mais ampla. O educador tem de entender qual é o lugar dele na escola, o papel social. Existe uma série de carências em determinados territórios. As escolas, em geral, dificultam pensar numa política dessas. Às vezes, é o próprio profissional, por achar que a escola é só lugar de ministrar conteúdo, e ele está lá para ensinar. Um professor de História vai ensinar História e não tem mais responsabilidade com nada? O sujeito deve ser reconhecido em suas especificidades e continuar a fazer as exigências das políticas públicas integradas. A responsabilidade não deve ser só da escola ou do educador, mas compartilhada entre a instituição, a sociedade, a comunidade.

ANA PAULA: Meu nome é Ana Paula. Já fui professora e hoje estou aqui mais como a mãe de uma criança da educação infantil municipal. Em casa não se vê o que está

acontecendo nos bastidores escolares. Levamos e buscamos a criança e, muitas vezes, criticamos ou elogiamos determinadas ações dentro da escola. Em relação à violência, quando eu estava na ativa, logo no meu início mesmo de sala de aula, uma situação difícil e complicada marcou a minha vida profundamente. Numa turma de sexta série eu entrava e não conseguia lecionar Geografia porque no colégio, como não havia mais sala, fizeram uma outra unidade em que ficávamos praticamente isolados. Não houve um respeito em relação à estrutura. Não se preocupou com o aluno que iria estar ali. Entrava para dar aula e não conseguia porque o Eliseu, o líder da turma, juntava as crianças bem como os adolescentes e saíam. Eu entrava, eles saíam. E ameaçava: “quem assistir à aula dela vai ter comigo”. Muitas vezes eu sentava e chorava na minha mesa. “Meu Deus, não vou conseguir: ele é muito mais forte do que eu”. Eliseu era um negro muito simpático, mas, por ser alto e corpulento, intimidava. Até mesmo quem quisesse ficar, não ficava na sala por conta disso. Naquela época, jovem, imaginava que poderia ao mesmo tempo dar aula, ter um programa de rádio no meu município lá no interior, e escrever para um jornal. Antes de chegar à emissora de rádio, pensei naquele menino. “Eu não o conheço. Conheço o Eliseu que tira todo mundo da sala”. Morava em uma cidade de interior. Não estou falando de Belo Horizonte. E aí fui procurar saber a história do garoto. Eliseu tornou-se arrimo de família porque a mãe era prostituta e o pai havia sido assassinado. Daí, a mãe vivia bêbada e ele sustentava os irmãos menores. Eliseu tinha entre 13 e 14 anos. Na escola, era hiper-repetente. Ele não se chamava Eliseu. Ele se chamava Problema. Então, coloca o Eliseu, coloca o problema na sala. E o que ele fa-

zia? O garoto ia de noite a um posto de gasolina, montava uma banca de café e acionava caminhoneiros para arrumar prostituta para eles. Era um cafetão, um menino de 13 anos de idade que sustentava os irmãos também menores. Que duplicidade de situação num mesmo ser humano: ele era uma criança e um adolescente. Aí voltei para casa e chorei mesmo, de pena. “Meu Deus, não estou lidando com um rebelde. Estou lidando com um rapaz que não sabe o que fazer da vida”. Essa era a verdade, e tomei uma decisão. Chamei-o e falei: “estou precisando de um ajudante lá na rádio, pode me ajudar?” Ele respondeu: “Não sei mexer com isso. Procure outra pessoa”. Fiz questão de envolvê-lo em minha vida. A sala era problemática porque os meninos eram repetentes, nunca estavam interessados em nada. Resolvi chamar a turma para comparecer à feira. Esse menino me acordava às seis horas da manhã. “Vamos embora, professora. Levante da cama, que preguiça!”. Resultado: quem fazia barulho na sala quando eu estava dando aula era advertido por ele: “Cala a boca. A professora está falando”. E aí eu tinha moral com ele porque o trouxe para perto de mim, e eu fui para perto dele. Não estou dizendo que isso é possível sempre. Existem situações em que não dá para se aproximar mesmo. A violência já tomou conta de tudo, mas, professor Walter, foi um prazer ouvi-lo falar sobre Cristo. Cristo foi o primeiro a pregar a inclusão social. Ele foi o primeiro pedagogo. Eu até brinco que no ensino a distância o apóstolo Paulo foi o primeiro porque ele ensinou por cartas, ou melhor, por epístolas. A Bíblia nos ensina, e aí a religião entra e destrói o amor, que é entender o outro. O professor Anderson falou que escola violenta é a escola que não dialoga. Fala-se da violência do aluno, mas não se fala da violência da

escola, da instituição. E hoje estou aqui representando o meu filho de cinco anos de idade, que está no ensino infantil e que violentamente está perdendo o direito de cursar um segundo período porque existe uma normatização, ou uma não normatização, uma adequação de lei que o proíbe de cursar esse segundo período, impelindo-o a ir para o ensino fundamental, tirando-lhe o direito de concluir essa educação infantil. E aí entra o que o professor Anderson falou: “a violência tem vários aspectos”. Não é violência pegar uma criança despreparada e antecipá-la? Minha família não é perfeita, mas é uma família que dialoga, que conversa. A maioria não é assim. Aí a criança lá na quarta ou na quinta série vai trazer inúmeros problemas para um professor dentro da sala de aula, e ele nunca vai entender por que essa criatura não se sente adaptada. Ela teve de cumprir regras, mas não foi respeitada como indivíduo. A política pública tenta adequar o indivíduo ao que é público, e não o contrário. As leis, as normas, a escola e o próprio professor que está dentro da sala de aula não pensam dessa forma. Não se faz greve para olhar para o aluno. Ela é feita inclusive para apoiar o sindicato e estar na rua. De Volta ao assunto violência, violência é não olhar para a base, para o que está acontecendo na educação infantil. O livro do professor fala de ócio criativo, do lazer. Como mãe, estou pedindo o olhar de vocês para os pequenos que estão lá.

ÉRICA: Meu nome é Érica, graduanda em Pedagogia na FAE/UFMG, professora no município de Betim. Faço parte do Fórum Mineiro de Educação Infantil e, para confortar essa mãe, continuamos na luta porque queremos as crianças na educação infantil. Não concordamos com essa

idade de corte. É uma briga nacional. Estive em Cuiabá em novembro representando o Fórum e fiquei surpresa ao ver que só em Minas Gerais a matrícula é em 30 de junho. No Paraná e em Pernambuco é em 30 de dezembro. No Rio Grande do Sul é em 31 de março. A lei está uma bagunça. Por causa do Conselho, a maioria segue a data de 31 de março. Tudo passa na frente da educação infantil. O antropólogo Tião Rocha trabalha no norte de Minas a pedagogia da roda, a pedagogia do pé de manga. Na educação infantil se faz rodinha todo dia. Na faculdade se faz roda. Por que isso acaba quando vai para o fundamental? No fundamental não se faz roda nem na educação física. A aula tem que ser de 50 minutos, nos quais se faz a chamada, dá a matéria, mas não há tempo de fazer roda. Isso é uma coisa importante. As crianças se expressam, falam do fim de semana, contam que a mãe e o pai brigaram. Entendo que auxiliar, atendente para criança deficiente deveria ser um professor também formado, específico, mas deve ser devido ao dinheiro o que acontece com a educação infantil em Belo Horizonte e em Betim. O descaso com professores é um absurdo. Pela lei, quem deve estar dentro da sala com alunos, mesmo que seja criança, é o profissional do magistério ou da pedagogia. Ninguém está sucateando o fundamental, só está sucateando a educação infantil. O PME está aí, temos de atender a demanda, ou seja, a todos. Nós professores fizemos greve este ano foi por causa das atendentes, dessa questão do corte. O Fórum está nessa luta há cinco anos. Querendo ou não, é uma violência contra o professor, contra o aluno, contra o PME.

CLAUS: Espero que muita gente tenha aprendido os princípios filosóficos e pedagógicos trazidos. Eu não aprendi

nada porque o que foi novidade para alguém aqui, eu tive como novidade no fim da década de 60 do século passado. Na fazenda do Rosário, com dona Helena e com os ensinamentos daquele que foi o mais novo general da história inglesa. Aliás, a dona Helena era filha de general do império russo. Era novidade naquela época para nós no Brasil, mas já acontecia na Bélgica havia 40 anos. Consulte na internet o índice de alfabetização na década de 80 no Chile e no Uruguai. Passava de 80%. Mas não é nos anos 80 no século passado. É do século XIX. O Brasil vive só de hipocrisia. Estamos falando aqui de violência na escola. É possível acabar com a violência onde o professor, o profissional principal de uma escola, é violentado o tempo todo? Estamos aqui diante de representantes de duas secretarias de educação que violentam o professor o tempo todo, violentam a democracia, violentam a pedagogia, violentam a política pedagógica. Numa pretensa democracia na escola, tudo é feito de cima para baixo. Chegou ontem à Câmara Municipal de Belo Horizonte um plano municipal de educação integralmente feito pelo governo, enfiado goela abaixo da sociedade belo-horizontina, e vai passar porque todo mundo sabe que vereador é comprado, como o deputado é comprado, como o governador é comprado, como o prefeito é comprado. E falamos de violência contra o menino? Como é que vamos trabalhar não violência se estamos sendo violentados o tempo todo pelo governo?

NEIDE: Sou Neide, professora em Belo Horizonte há quase 30 anos. Maria Elmira, você prometeu um encontro sobre EJA e precisamos fazer com urgência, porque senão a EJA vai acabar. Em relação ao PME, o PME ignora totalmente a diversidade, não aparece nada, subtraíram toda

a discussão que se fez na conferência de educação. A discriminação e a falta de acolhimento à diversidade geram muita violência. A Eliane disse que existe uma política de combate ao racismo, e quando se faz um plano de educação para os próximos dez anos a palavra nem aparece.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Há um Plano de Segurança Escolar, sobre o qual tenho controle.

NEIDE: O Plano de Segurança Escolar teoricamente é uma coisa menor em relação ao Plano Municipal de Educação. Faz um plano, Maria Elmira.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: O plano municipal é essa lei, essa política educacional.

NEIDE: Aí você faz uma política municipal divulgada para a cidade. Teoricamente, tem de ser debatida, e se cria na sociedade uma expectativa. Não aparecem as palavras violência, racismo, gênero. Faz-se um plano municipal onde não aparece nada disso e você vem para um lugar pequeno, para um público restrito, dizer: “temos documento, estamos trabalhando”. Não sei; mas, enfim...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Para não sair como mentirosa, acho que a minha honra está em jogo.

NEIDE: Custa-me crer que o município tenha uma política de trabalho e se recuse a pôr no plano municipal. Eu sou um ser político. O que faço lá no sindicato ponho tudo para a galera ver. Só não exponho mais rápido porque o sindicato não tem a estrutura e o dinheiro que a prefeitura

tem para divulgar. Quanto à violência, é muito engraçado o enfoque dado a ela. A Prefeitura de Belo Horizonte a comete com os trabalhadores na área da educação. O estado também. Da janelinha do banheiro vi a manifestação dos trabalhadores da Superintendência. O prefeito foi inaugurar a Umei Maldonado, no Barreiro. A televisão está veiculando uma propaganda linda a respeito da educação infantil belo-horizontina, etc. e tal. Na Semana da Educação Infantil, o SindRede colocou vários carros de som na cidade dando a nossa versão sobre a falta de legislação específica para o corte etário, a colocação de pessoa não habilitada para cuidar das crianças de até dois anos. Aí o prefeito e o secretário de Educação estavam inaugurando a Umei Maldonado. Não podia estar lá porque estava numa reunião do Conab. O que fiz? Liguei para o carro de som e ordenei: “para na porta da Umei Maldonado para que as pessoas não escutem o prefeito e escutem o carro de som do sindicato”. De repente, houve quem protestasse. Neide, não faça isso. Você está causando constrangimento ao prefeito. Como vocês do Sind--Rede são agressivos, violentos! Nós do Sind-Rede percebemos que a violência está no contexto da sociedade brasileira, as relações não são democráticas, e elas chegam para dentro da escola assim. Na rede municipal ninguém discute isso porque podem achar que estamos querendo mais violência. Em todos os bairros, os índices de ocorrências policiais de invasão são crescentes. A escola é o lugar menos depredado, menos invadido, menos roubado. Preferem a associação de bairro à escola, por exemplo. A escola tem respeito da sociedade, tem respeito do aluno. Dentro da escola o estudante faz menos coisas do que ele faz quando está fora dela. Há roubo na escola? Sim, mas o índice é bem menor

quando se pega a quantidade de pessoas que estão ali e as oportunidades. O professor deixa a bolsa, e os meninos são relapsos com as coisas deles. A escola, portanto, é um ambiente que oferece condição de fazer um trabalho bom de combate à violência porque se percebe que existe respeito da sociedade pela escola, pelos professores. A criança ser bem acolhida nos ajuda muito nisso. Em Belo Horizonte, o aluno não pode escolher a escola porque há o problema de se transportar, sobretudo à noite. No Barreiro, há o movimento pró-metrô. No meio dessa juventude nos sentimos meio vovó. Nas reuniões, os alunos dizem que são obrigados a ficar numa escola da qual não gostam. Mas como não há transporte, eles acabam tendo de ficar no colégio mais perto de casa para depois ir a pé. Em suma, eles se sentiriam melhor em outras escolas por causa de colegas, por haver ouvido falar, por desejo mesmo de frequentar o que consideram que seria melhor para eles. Anderson, dirijo--me a você, que é representante do estado, para dizer que a situação no ensino médio é muito preocupante. Quem conclui o ensino fundamental não tem escola, e essa falta gera violência a um direito. Quanto ao quadro docente, em Belo Horizonte, 831 pessoas que fizeram concurso para ser professores não estão na sala de aula. Passaram, assumiram o cargo e ficam pulando de gerência em gerência, depois vão para o estado ou para outras redes. Por quê? Como eu cuido do meu quintal, acho que é um problema porque o dinheiro da educação é casado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Estado, não o ente federativo estado de Minas Gerais, é opressor mesmo. Não discordo de nada que os colegas disseram. Mas o Es-

tado burguês foi pensado para isso. Não é o Estado que tem inclusive a prevalência da violência? Não é isso que caracteriza conceitualmente o Estado? Eu sonho com outro marco de sociedade. Mas participo da estrutura que existe, ainda que saiba, no fundo, que é uma contradição participar. E aí se acirram as contradições, as lutas políticas por aquilo em que se acredita. Neide, precisamos nos colocar no lugar do outro. O estudante deve colocar-se no lugar do professor, o professor no lugar do aluno. Esse exercício de vestir a pele do outro é importante até para que possamos compreender a complexidade das relações. Tive a oportunidade de passar pela gestão em Contagem e depois voltei para a sala de aula lá e em Belo Horizonte, coordenando programa de escola integrada no Barreiro. Mas quero voltar para a sala de aula porque é disso que gosto. Temporariamente ocupo espaço de gestão no estado, mas essas experiências são fundamentais para compreender todo o processo de educação. É necessário, contudo, tomar cuidado ao só ficar em cargos de comissão e nunca voltar para a sala. Passar pela gestão é uma experiência importantíssima. Imagine se todos os professores tivessem a oportunidade de pelo menos por algum tempo passar pela complexa experiência da gestão de uma escola, pela gestão de secretarias. Estou licenciado lá porque assumi no estado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Hoje à noite vamos discutir teoria e ideologia de gênero nos planos municipais de educação. O fórum da EJA vai ser às 18h30 no auditório da UFMG, para o qual estão convidados.

ELIANE: Vou aproveitar parte da reflexão do Walter Ude sobre húmus e humildade. Fiz anotações sobre a educação

infantil, área sobre a qual não consigo articular nenhuma forma de reflexão. O que registrei vou encaminhar para um fórum específico. A educação infantil apresenta falhas não é só em Belo Horizonte. No país inteiro é preciso acertar aquilo que ainda está em processo. No encontro anterior estava na plateia. Na ocasião se discutiu a violência nas escolas. Sou de opinião que temos de estabelecer uma parceria institucional significativa na qual devem entrar Ministério Público, Promotoria da Infância, Faculdade de Educação, secretarias de Educação numa rede específica capaz de fazer os enfrentamentos necessários. Para o meu doutorado fiz um estudo, uma reflexão. Aposto que há condições de garantir qualidade nas relações em ambiente escolar, e para isso me coloco à disposição na construção, reconstrução, articulação de um conjunto de propostas para que isso possa ser efetivado na rede municipal onde atuo.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: Em alguns momentos temos de falar o óbvio. Nós também somos natureza, somos animais diante da situação do planeta, da violência que está aí. Na nossa faculdade há um grupo de estudos da Helena Antipoff, da professora Regina Helena. Estudei junto com cubanos em Moscou. Estudamos Vygotsky, Leontief, Luria. Aprecio muito a teoria histórico-cultural. Inclusive, a professora Regina Helena fala que quem introduziu a teoria histórico-cultural no Brasil foi Helena Antipoff. Você foi violento comigo, Claus. Está a me desqualificar. Você faz isso com os colegas, com os alunos? Vim aqui para qualificar a conversa. Tenho 44 anos de capoeira. Não sei se conhece capoeira. Já que estamos falando de violência em roda de conversa, não admito que me desqualifique, entendeu? Respeite seu colega. Você fa-

lou: “O professor veio aqui falar coisa que a gente já sabe, que não vale de nada. Isso é violência, amigo. É violência. Estou com raiva, mas está perdoado. Sou doutor, porém sou lutador, sou capoeirista.

CLAUS: Não sou doutor...

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: Tome cuidado. Estou lhe mostrando a sua incoerência ao afirmar que o Estado é violento. Você, Claus, vem e me desqualifica. Então, você foi violento comigo. Está gravado. O ser humano é húmus.

CLAUS: Eu não o estou desqualificando. Doutor, o senhor está prestando atenção a minha fala? O que disse é: “isso é novidade para vocês, não pra mim”. Em relação à cultura de paz ou ao hábito de paz, eis nosso diálogo aqui no encontro de educação.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: Não tenho medo de conflito. Não podemos ficar nesse maniqueísmo de falar dos movimentos sociais, de organização da categoria, sem discutir as condições de trabalho. Ah, agora o Anderson está lá na secretaria. Ele é contra nós. Sou da universidade e estou contra vocês. Não é nada disso. O Estado somos nós. Não pode ficar nessa situação de vítima. Eu já trabalhei com o Anderson em Contagem. Discutíamos muito a escola integrada, mas de forma integrada mesmo, de envolver a comunidade. O Anderson está de parabéns, a Eliane, a Maria Elmira também, e as tensões fazem parte da vida.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

E os conflitos se resolvem. Em relação ao corte etário falado aqui, o assunto é recorrente nos nossos encontros. A Rita Coelho, do MEC, lembrou que o MEC, por intermédio do Conselho Nacional de Educação, escolheu o 31 de março para isso, mas as posturas legislativas são diversas: no Paraná, em Pernambuco e no Rio de Janeiro é 31 de dezembro. Em Minas Gerais, por lei, o corte é em 30 de junho, caso único no Brasil. Um ministro validou em um acórdão da Justiça Federal de Pernambuco que a data do corte é 31 de março por ser exatamente uma organização do MEC que não pode ser afastada. Esse é um acórdão do STF, e precisa esperar a decisão do STF. Há no STF ação proposta pelo Ministério Público Federal para afastar o corte. Contudo, um parecer do Dr. Janot, então procurador-geral da República, revalidou o corte. Existem duas posturas do MP federal de defesa da necessidade de corte como organização de sistema. O Grupo Nacional de Direitos Humanos trouxe em 6 de agosto o professor Jamil Cury para falar com os promotores sobre o Sistema Nacional de Educação. Entendemos que essa questão do corte etário precisa ser disciplinada dentro desse sistema. Dentro do Ministério Público há divergência quanto à necessidade do corte. Organizar o sistema é primordial para que a prefeitura não venha colocar 31 de março, como está no CNE, e ponha em xeque a lei estadual que estabeleceu o 30 de junho. A educação básica é obrigatória e universal dos quatro aos 17 anos, o que dá à criança o direito subjetivo de frequentar dois períodos de educação infantil. Então, se houver divergência quanto ao corte, tal divergência não poderá afetar o direito de essa criança ter os dois períodos completos entre a idade de quatro e cinco anos. Discute-se

se a criança pode ir para o ensino fundamental sem estar com esse período de educação infantil básico, obrigatório, completo. A universalização, o corte e questões sobre atendente, monitor, profissional da educação infantil e da educação especial também motivam discussão. Está previsto que em setembro haverá um outro encontro sobre educação. Queremos inclusive, a pedido de promotores do interior, que nossos encontros sejam regionalizados a fim de que possamos discutir com colegas do interior a cultura de paz, o hábito de paz, o enfrentamento da violência. Até lá.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio do Ceaf, Escola Institucional do MPMG, em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação - PROEDUC e a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, e apoio do Movimento “Conspiração Mineira pela Educação”, tem a satisfação de recebê-los no Sexto Encontro Pela Educação.

O tema da palestra é “Educação Infantil - Direito de Todas as Crianças - Diversas abordagens pelo Ministério Público”.

A proposta é de um ciclo de debates e de palestras voltado para reflexão acerca da realidade educacional brasileira, visando desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos à educação.